

A FAMÍLIA NOS DISPOSITIVOS DE CUIDADOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO MENTAL E/OU DEFICIÊNCIA MENTAL: PROMOVENDO O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Aluna: Thamires da Silva Ribeiro

Orientadora: Irene Rizzini

Apoio: CNPq/MS

Introdução

A presente proposta de pesquisa visa analisar as possibilidades de promoção do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes com transtorno mental e/ou deficiência mental, sobretudo os que nascem em situação de pobreza, para os quais novas políticas precisam ser desenhadas. Para muitos, historicamente o caminho tem sido a institucionalização. No presente, reconhece-se a importância de evitá-la, porém é necessário identificar quais seriam as melhores alternativas. É um imenso universo a se pesquisar, especialmente, no âmbito do cuidado e da assistência. Este projeto busca explorar possíveis caminhos, tendo como base o bairro de Jacarepaguá¹, que fica localizado no município do Rio de Janeiro. O projeto terá a dupla função de provocar o debate sobre o problema e de propor possíveis caminhos para as mudanças que se fazem necessárias no tocante ao atendimento a essa população.

Objetivos

O objetivo principal da pesquisa desdobra-se em duas vertentes. A primeira procura descrever e analisar os tipos de serviços existentes, assim como outras formas de apoio identificadas pelas famílias de crianças e adolescentes com transtorno mental e/ou deficiência mental como importantes para o cuidado e tratamento de seus filhos (o que existe). A segunda visa identificar e analisar as lacunas no que diz respeito às demandas não respondidas (por nenhum serviço existente), sob o ponto de vista das famílias, das crianças e adolescentes e dos serviços (as lacunas).

Metodologia

A pesquisa está se desenvolvendo da seguinte forma:

1. Revisão da literatura.
2. Reconhecimento e mapeamento do campo;
3. Construção dos instrumentos de coleta de dados;
4. Pesquisa de campo;
5. Registro e análise dos dados;
6. Elaboração de produtos finais;
7. Divulgação.

¹ A escolha por esta área decorre da região de Jacarepaguá ter uma importância histórica no contexto da saúde mental.

Cabe ressaltar que este projeto traz como marca essencial a percepção das famílias e suas crianças e adolescentes, introduzindo, assim, um elemento novo: a percepção do usuário que constitui um importante eixo de investigação.

Considerações Preliminares

Até o presente, o estudo teórico permitiu aprofundar a compreensão sobre os seguintes conceitos: família, transtorno mental, deficiência mental, direito a convivência familiar e comunitária, situação de vulnerabilidade social e sobrecarga familiar. O processo de análise tem possibilitado uma maior apreensão a respeito da diversidade de concepções de famílias, bem como os contextos nas quais a mesma está inserida.

A pesquisa de campo tem possibilitado o surgimento de várias questões interessantes que podem ser analisadas a partir de diferentes focos. (Eu estarei focada) Minha proposta, como estagiária deste projeto, é focalizar a questão do suporte às famílias, discutindo as situações de vulnerabilidade que surgem, de acordo com as dificuldades encontradas pelas mesmas para cumprir suas tarefas de cuidado, socialização dos filhos e na busca por serviços de apoio para seus membros familiares.

No campo acadêmico, as situações de vulnerabilidade social em que as famílias se encontram, constituem um eixo temático de extrema importância, pois as mesmas ocupam um papel central no âmbito das políticas sociais. Portanto, é necessário que haja uma reflexão acerca da relação entre famílias e as políticas sociais. Com a finalidade de fundamentar este estudo serão utilizados diversos autores, como Miotto (2006), Carvalho (1994), Pereira (2006), Rizzini (2006), entre outros, que trabalham esta temática.

Em relação ao desenvolvimento da pesquisa de campo, percebi que um dos temas que estão emergindo das entrevistas (tanto nas falas dos profissionais, quanto na opinião das famílias), está ligado à diversidade de percepções acerca do Benefício de Prestação Continuada (BPC)², sobretudo, no que tange ao sistema de elegibilidade deste benefício. Sendo assim, acredito que o tema mereça um aprofundamento a fim de enriquecer a discussão. Para isso, serão utilizados autores como Sposati (2004), Medeiros (2007), entre outros, que analisam a questão da transferência de renda e da proteção social no Brasil.

A pesquisa encontra-se na 4ª etapa, que corresponde à pesquisa de campo. Até o momento, essa discussão contempla as minhas primeiras percepções e idéias para aprofundamentos teóricos acerca do projeto.

Bibliografia de Referência

CARVALHO, Maria do Carmo de; SZYMANSKI, Heloisa. **Família contemporânea em debate**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 122 p.

MENEZES, Cristiane Diniz. **O direito à convivência familiar e comunitária das crianças e dos adolescentes portadores de transtorno mental**. Rio de Janeiro, 2008. 193p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SALES, M. A., MATOS, M. C. de e LEAL, M. C. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos** / Mione Apolinário Sales, Maurílio Castro de Matos, Maria Cristina Leal (organizadores) - 2ª ed - São Paulo: Cortez, 2006. 317p.

² O Benefício de Prestação Continuada (BPC) corresponde a uma transferência mensal de renda destinada a pessoas com deficiência severa, de qualquer idade, e idosos maiores de 65 anos, ambos com renda familiar *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo. O direito a um salário mínimo mensal para essas pessoas é garantido pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993.

SPOSATI, Aldaíza (org). **Proteção Social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal.** São Paulo: Cortez, 2004.

RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma, NAIFF, Luciene, BAPTISTA, Rachel. **Acolhendo crianças e adolescentes: Experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil.** Rio de Janeiro: CIESPI/ PUC- Rio/ UNICEF, 2006. 152p.